

# DAS GUERRAS DE OPINIÃO

Antoine-Henri Jomini

Embora as guerras de opinião, as lutas nacionais e as guerras civis facilmente se confundam como sendo um mesmo tipo de conflito, o certo é que diferem umas das outras o bastante para justificar que nos ocupemos delas separadamente.

As guerras de opinião apresentam-se segundo três formas: ou se restringem a uma luta intestina, isto é, sob a forma de guerra civil; ou serão, simultaneamente, lutas internas e externas; pode acontecer, ainda, embora mais raramente, que se limitem a uma guerra contra uma potência exterior.

As guerras de opinião ou de doutrinas, entre dois Estados<sup>1</sup>, pertencem, também, às guerras de intervenção, porque elas resultarão sempre ou de doutrinas que um dos partidos ambicionará impor aos seus vizinhos, através de propaganda, ou de doutrinas que um Estado pretenderá combater e reprimir, o que, de qualquer modo, irá conduzir à intervenção.

Estas guerras, tenham elas origem em dogmas religiosos ou em dogmas políticos, não são menos deploráveis, porque, tal como as guerras nacionais, provocam sempre paixões violentas, que as tornam odiosas, cruéis e terríveis.

As guerras do islamismo, as cruzadas, a Guerra dos Trinta Anos, as da Liga, todas elas oferecem, com maior ou menor grau, os sintomas da sua espécie. Não há dúvida de que a religião constituiu, por vezes, muito mais um pretexto político ou um meio do que um assunto de dogmas. É provável que os sucessores de Maomé estivessem mais preocupados em dilatar o seu império do que em pregar o Corão, assim como, seguramente, não foi para fazer triunfar a Igreja Romana que Filipe II apoiou a Liga em França. Teremos mesmo que concordar com o senhor Ancelot<sup>2</sup> quando afirma que Luís IX, aquando da cruzada do Egipto, estava mais interessado no comércio com a Índia do que na conquista do santo sepulcro.

Quando assim é, o dogma não é apenas o pretexto. É, também, um poderoso instrumento, uma vez que preenche a dupla finalidade de excitar o ardor dos seus e de formar um partido. Os Suecos, por exemplo, durante a Guerra dos Trinta Anos, e Filipe II, em França, dispunham no país de aliados mais poderosos do que os seus próprios exércitos. Mas pode suceder, inversamente, que o dogma pelo qual se combate não vá encontrar senão inimigos, e, então, a luta torna-se terrível. Foi o caso das lutas do islamismo e das cruzadas.

As guerras de opiniões políticas apresentam, sensivelmente, as mesmas probabilidades de núcleos de apoio e de resistência. Lembremo-nos, por exemplo, de que, em 1792, pudemos ver associações de fanáticos que pensavam realmente em propagar a famosa Declaração dos Direitos do Homem por toda a Europa, e de que os governos, justamente alarmados, se dispuseram a pegar em armas com a ideia firme de empurrar a lava desse vulcão para a sua cratera e de o extinguir. Mas o meio utilizado não era o adequado, porque a guerra e a agressão são más medidas para deter um mal que jaz inteiramente em paixões exaltadas por um paroxismo instantâneo, tanto menos duradouro quanto mais violento se apresenta. O tempo é o verdadeiro remédio contra todas as paixões maléficas, contra as doutrinas anárquicas! Uma nação esclarecida pode sofrer, por um instante, o jugo de uma multidão incitada por facciosos, mas estas turbulências acabam por passar e o bom senso regressa. Pretender travar uma semelhante multidão através do emprego de uma força estrangeira é assim como se quiséssemos conter uma mina no momento em que a mecha acaba de chegar à pólvora e de

---

<sup>1</sup> Refiro-me, neste caso, a guerras entre duas potências e não a guerras intestinas, as quais trataremos num artigo à parte.

<sup>2</sup> Jacques-Arsène-Polycarpe-François Ancelot, dramaturgo e escritor francês (1794-1854), autor, entre outras, da peça *Luís IX*. [Nota do tradutor]

causar a explosão. Não é mais sensato deixar explodir a mina e tapar seguidamente a cratera do que se expor a saltar com ela?<sup>3</sup>

Um estudo aprofundado da Revolução Francesa deixou-me convicto de que se não tivéssemos ameaçado os Girondinos e a Assembleia Nacional com as armas vindas de fora, jamais teriam ousado pôr a mão sacrílega sobre o frágil mas venerável Luís XVI. Jamais a Gironda teria sido esmagada pelos Montanhese sem os reveses de Dumouriez e as ameaças de invasão. E se tivessem permitido que os partidos se digladiassem à sua vontade, é provável que a Assembleia Nacional, em vez de dar lugar à terrível Convenção, lograsse, pouco a pouco, restaurar as boas doutrinas monárquicas moderadas, segundo as necessidades e os usos e costumes imemoriais da França.

Consideradas sob uma perspectiva militar, estas guerras são terríveis, porque o exército invasor não se preocupa exclusivamente com as forças militares do inimigo, tendo, também, de se confrontar com multidões exasperadas. É verdade que podemos objectar que a violência de um partido acarretará, justamente, um apoio ao exército invasor, mediante a formação de um partido contrário. É incontestável que este resultado é muito mais provável do que no caso das lutas religiosas. No entanto, se o partido revolucionário dispuser de todos os recursos da força pública, do exército, das fortalezas e dos arsenais, e, se contar com o apoio das massas populares mais numerosas, para que poderia servir o apoio de um partido desprovido de todos estes meios? Que podiam fazer 100.000 Vendeenses e 100.000 federalistas pela coligação, em 1793?

A história não oferece um só exemplo de uma luta comparável à da Revolução Francesa e parece demonstrar todo o perigo de dirigir um ataque contra uma nação exaltada. Não obstante, a má conduta das operações militares contribuiu, também, para o seu resultado inesperado, pelo que, para podermos deduzir máximas seguras relativamente a esta guerra, é preciso saber o que teria acontecido, após a fuga de Dumouriez, se, em vez de se ocuparem da destruição de fortalezas, a tiro de artilharia, os aliados tivessem escrito aos comandantes das respectivas guarnições assegurando-os de que não pretendiam apoderar-se da França, nem das suas praças nem neutralizar o seu bravo exército, e que daí resultasse poderem marchar sobre Paris com uma força de 200.000 homens. Talvez tivessem conseguido restaurar a monarquia, mas também é verdade que corriam o risco de não voltar à base, a menos que uma força de igual porte protegesse o seu regresso ao Reno. É o que seria difícil de decidir, uma vez que nunca dessa hipótese foi feita prova e que tudo dependia do partido que tivesse o controlo da nação e do exército francês. O problema apresenta, portanto, duas hipóteses igualmente graves: a campanha de 1793 não a resolveu senão num sentido; seria difícil resolvê-la no outro, porque só através da experiência se materializam semelhantes soluções.

Quanto às regras militares a estabelecer para estas guerras, são sensivelmente as mesmas que se aplicam às lutas nacionais. Diferem, contudo, num aspecto fundamental: é que nestas últimas, devemos ocupar e submeter o país, assediar e sujeitar as suas fortalezas, destruir os seus exércitos e dominar todas as províncias, enquanto que nas campanhas de opinião se trata menos de submeter o país e de perder tempo com acessórios. O que importa é dispor de meios suficientes para ir rapidamente ao objectivo, sem perder tempo com considerações de pormenor, com a preocupação permanente de evitar tudo quanto possa causar o alarme da nação no tocante à sua independência e à integridade do seu território.

A guerra feita em Espanha, em 1823, de que já falámos no artigo precedente, é um exemplo a citar em favor destas considerações, em oposição à da Revolução Francesa. Não se põe em dúvida que as condições eram um tanto diferentes, porque o exército francês de 1792 era composto por elementos mais sólidos do que o dos radicais da Ilha de León. A guerra da Revolução foi, ao mesmo tempo, uma guerra de opinião, uma guerra nacional e uma guerra civil, enquanto que a primeira guerra de Espanha, em 1808, foi toda ela uma guerra nacional e a de 1823 foi uma luta parcial de opiniões, sem nacionalidade. Daí a enorme diferença quanto aos resultados.

A expedição do duque de Angoulême foi, de resto, bem conduzida no capítulo da execução.<sup>4</sup> Longe de se entreter a conquistar fortalezas, levou o seu exército a agir segundo os princípios atrás

---

<sup>3</sup> Obviamente, só preconizo a aplicação desta regra no caso de grandes Estados.

mencionados. Depois de ter avançado vivamente até ao Ebro, dividiu o exército para apanhar nas suas origens todos os elementos das forças inimigas, porque sabia que, tendo o apoio da maioria dos habitantes do país, podia, sem correr riscos, proceder a essa divisão. Se a expedição tivesse seguido as instruções do ministério, que lhe prescrevia a submissão metódica de todo o país e das praças situadas entre os Pirenéus e o Ebro, a fim de estabelecer uma base de operações, teria, porventura, falhado a sua missão ou, no mínimo, tornado a luta longa e sangrenta, provocando o erguer do orgulho nacional através da ideia de uma ocupação semelhante à de 1807. Todavia, encorajado pelo bom acolhimento de todas as populações, o comando da expedição compreendeu que se tratava de uma operação mais política do que militar e que se impunha pôr-lhe fim o mais rapidamente possível. A sua conduta, bem diferente da dos aliados de 1793, merece ser atentamente estudada por todos quantos tiverem de comandar expedições do mesmo género, pois nem três meses foram necessários para chegar diante das muralhas de Cádiz.

Se o que se passa presentemente na Península confirma que a política não soube aproveitar os seus êxitos e estabelecer uma nova ordem, proveitosa e sólida, a culpa não pode ser atribuída nem ao exército nem aos seus chefes, mas sim ao governo espanhol que, dominado pelos conselhos de violentos reaccionários, não se mostrou minimamente à altura da sua missão. Árbitro entre dois grandes interesses hostis, Fernando<sup>5</sup> lançou-se, sem condições, nos braços do partido que, entre os existentes, mostrava maior veneração pelo trono, mas que contava, sobretudo, explorar a autoridade real em seu próprio proveito, sem se incomodar com o que isso iria provocar no futuro. A nação permaneceu cindida em dois campos inimigos que, com o tempo, talvez não lhe tivesse sido impossível reconciliar. Estes campos voltaram a entrar em conflito, como eu tinha previsto em Verona, em 1823 – grande lição, da qual, de resto, ninguém parece disposto a aproveitar neste belo mas demasiado infeliz país, se bem que não falem exemplos na história que atestam que as reacções violentas, ainda mais do que as revoluções, não são elementos adequados a construir e a consolidar! Queira Deus que saia deste desgraçado conflito<sup>6</sup> um trono forte e respeitável, igualmente independente de todas as facções e apoiado num exército disciplinado e votado aos interesses gerais do país. Um trono, enfim, capaz de unir esta incompreensível nação espanhola, que, por qualidades não menos extraordinárias do que os seus defeitos, sempre constituiu um problema para quantos pareciam estar nas melhores condições para a julgar.

Tradução de David Martelo – 2009



Leitura complementar

<sup>4</sup> É certo que se cometeram alguns erros, no triplo aspecto político, militar e administrativo, mas foram, digamos, obra desses grupelhos que nunca faltam em todos os quartéis-generais. De resto, o conjunto das operações honra o general Guilleminot, que as comandou debaixo das ordens do príncipe, e que, logo a seguir ao povo espanhol, pôde reivindicar a principal parte do sucesso.

<sup>5</sup> Fernando VII, rei de Espanha. [Nota do tradutor]

<sup>6</sup> Conflito que se seguiu à morte de Fernando VII, entre os partidários da herdeira legítima do monarca (Isabel II) e os de D. Carlos, irmão do falecido rei, o qual terminaria, em 1839, com a derrota dos *Carlistas*. [Nota do tradutor]